



Projeto político-pedagógico e prevenção às drogas: uma construção possível

Regina Lucia Sucupira Pedroza

Como parte deste curso, vamos desenvolver neste texto algumas ideias acerca da construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e prevenção às drogas nas escolas da Educação Básica com o objetivo de incentivar todos os professores¹ para a elaboração desse projeto no coletivo em que cada um vive no seu dia a dia.

Como falar da construção do PPP em escolas tão distantes de nós? Como podemos participar de ações que propiciem diretamente um enriquecimento, uma contribuição no campo tão problemático da prevenção das drogas?

Esses são alguns dos desafios que nos propomos, junto com você, professor, a enfrentar para construirmos uma escola mais justa e participativa.

Uma das grandes mudanças na organização da educação escolar no Brasil entre o período autoritário e o democrático foi o formato de regulação jurídica da escola. Após a Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Base (LDB) de 1996, a democracia e a descentralização da gestão escolar foram favorecidas pelo contexto histórico brasileiro pela gradual e controlada redemocratização na passagem do regime militar para o civil, o que permitiu a reformulação de políticas educacionais do Estado.

A escola em que você atua conta com um PPP? Quem participou de sua elaboração? Foi aprovado pelo Conselho Escolar (CE)? Quem são os membros do CE de sua escola? Você conhece alguma ação que foi decidida por ele? Você tem alguma experiência como conselheiro?

¹ Utilizaremos a forma masculina apenas como facilitadora da escrita, mas com o sentido de englobar os dois gêneros.



Com esses questionamentos, começamos este texto nos posicionando e convidando você a também se posicionar em relação a esses temas.

Projeto Político-Pedagógico (PPP) e gestão democrática

Os PPPs, anunciados pela LDB da Educação Nacional (LDB - lei nº 9394/1996) como obrigatórios nas escolas do país, ainda suscitam dificuldades de elaboração em diversas escolas, sendo importante a produção de discussões que esclareçam e reflitam acerca do sentido de sua existência. A LDB trata da necessidade de elaboração de projetos pedagógicos segundo três eixos: flexibilidade – autonomia das escolas para realizarem seu próprio trabalho pedagógico; avaliação processual; e liberdade – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, bem como gestão democrática do ensino público.

A partir desses princípios, reconhecemos principalmente a importância da gestão democrática, a valorização dos profissionais do ensino e a garantia do padrão de qualidade do ensino.

Para você, o que seria qualidade na educação? Por que, em sua opinião, dizemos que uma escola é de melhor qualidade do que outra, se a lei garante igualdade de qualidade para todos? Como podemos influenciar para melhorar a qualidade da nossa escola?

Tudo isso deve acontecer juntamente com as três funções básicas da escola: a instrução dos alunos para que se tornem indivíduos com conhecimento e com cultura geral; formação que produza indivíduos aptos a se inserir na vida profissional; e educação para a cidadania que necessita um projeto, um objetivo a ser alcançado, tanto por parte da pessoa que se educa, quanto pela comunidade que educa. A instrução sem educação e o desenvolvimento das qualidades profissionais sem a dimensão cívica podem produzir indivíduos ainda mais anti democráticos que os sem estudo. Saberes e competências podem também ser colocados a serviço das piores ambições destrutivas de si e do outro.

Uma escola, por exemplo, que tem estabelecida sua concepção de cidadania,



inclui no seu currículo elementos como solidariedade, justiça e paz e exclui o individualismo, a competição que menospreza o outro e o egoísmo. Dessa forma, podemos dizer que o papel de todos nós na escola é de preparar e nos preparar para o exercício de nossas responsabilidades, na prática cotidiana institucional com nossos direitos. É mais do que transmitir valores, mas exercê-los.

Você se sente em processo de educação contínua, permanente? Como? Que conhecimentos e habilidades fazem parte de sua formação profissional para exercer a educação de prevenção das drogas?

Você concorda com o art. 206 da Constituição Federal, detalhado pelo art. 3º da LDB da Educação Nacional que nos dá como meta a “gestão democrática” nas escolas?

A gestão democrática pressupõe a ruptura com práticas autoritárias, hierárquicas e clientelísticas e supõe a representação legítima de todos os segmentos que envolvem a escola: a direção, os professores, os pais, funcionários, alunos e a comunidade de um modo geral.

A gestão democrática da escola se confirma a partir do seu Projeto Político-Pedagógico. Nesse sentido, vamos passar a refletir com mais detalhes o que entendemos por PPP e como podemos pensar iniciativas de construção do PPP em cada uma das escolas em que atuamos, principalmente voltadas para ações de prevenção às drogas.

Construção do Projeto Político-Pedagógico

O PPP é importante mecanismo de trabalho coletivo, que permite a constituição da identidade da escola, de posicionamentos políticos e diretrizes de trabalho coerentes com cada realidade. Portanto, é preciso a consolidação de um processo de reconhecimento da possibilidade de autonomia na construção do PPP pelos diferentes segmentos da escola. A identidade da escola é historicamente construída e sua realidade pode ser modificada pela ação coletiva da comunidade. Ao reconhecer a importância da história da instituição na constituição de sua identidade, os diferentes segmentos contribuem para se pensar que, da mesma forma que a realidade é construída, ela pode ser modificada pela ação coletiva dessa comunidade. Mesmo reconhecendo que cada escola, com seu nome, com sua história e com sua proposta pedagógica vai construindo sua autonomia para decidir



sobre como resolver seus problemas, este processo de conquista da autonomia depende e deve contar com a cooperação das autoridades governamentais e da comunidade.

O PPP é o resultado de um planejamento, de um posicionamento político e de uma visão de educação. Planejar significa pensar no novo, isto é, a partir de uma história passada que se atualiza no presente visando o futuro, em constante movimento de superação e de salto qualitativo. A superação não deve significar a negação das contradições que impulsionam esse movimento. Sendo assim, o novo pode se encontrar no passado. Isto significa que não devemos anular tudo aquilo que já foi construído em nome da democracia, mas buscar ressignificar de acordo com as demandas que se apresentam nos dias atuais.

O aspecto político do PPP refere-se ao ideal de organização da sociedade que almejamos. O conceito de política pode trazer em si uma relação de força, em que um grupo assume a responsabilidade pelos interesses de uma coletividade, sendo que esta, por sua vez, abdica da exigência desses interesses por sua própria força, delegando-a ao grupo dominante. Ao falar de poder, queremos ir além do conceito usual de potência, domínio, controle e mando, e demais formas. Queremos colocar aqui a noção de poder como a capacidade de ser sujeito, ou seja, de produzir sentido e significado, seja de forma material ou simbólica. Que possa significar reconhecer outros sujeitos nas suas diferenças e enquanto tais.

Em relação à dimensão pedagógica, entendemos que deve existir no PPP uma intenção explícita de um ideal de educação. Acreditamos que esse ideal envolve indivíduos em processo de desenvolvimento tanto cognitivo como afetivo na sua constituição de personalidade, de modo que se torne um profissional no exercício da cidadania. Nesse sentido, a proposta pedagógica deve sempre considerar o impacto que provoca nos seus alunos a fim de se adaptar às suas necessidades. É preciso acreditar na mudança, principalmente na possibilidade de ajudar o jovem nas suas dificuldades.

O que você considera como importante quando planeja suas aulas? Fica claro para seus alunos seu ideal de educação? Enquanto educador, você acha que influencia na formação da personalidade do seu aluno? Você se vê em mudança na relação com seus alunos?



Como vimos anteriormente, a concepção da gestão democrática do ensino relaciona-se a um paradigma de qualidade na educação que se concentra nas estratégias e nos meios para proporcionar mais recursos materiais e simbólicos principalmente aos alunos com qualidade de vida e de educação diminuídas, no nosso caso, relacionadas ao uso de drogas. Essa concepção de qualidade não pode, assim, ser medida pela quantidade do acesso à escola, mas pela qualidade dos serviços por ela oferecidos. Nesse sentido, o PPP assume um papel de protagonista, como mecanismo importante de trabalho coletivo e participação de todos os segmentos envolvidos no processo educacional, bem como meio de construção, observação, reflexão, sistematização e avaliação do processo pedagógico, voltado para as necessidades e anseios políticos, sociais e culturais de cada comunidade (Brandão, 2003).

O projeto pedagógico é um elemento norteador da organização do trabalho escolar. No entanto, não é apenas um conjunto de planos e projetos de professores, nem um documento que trata das diretrizes pedagógicas da instituição educativa para ficar arquivado na secretaria da escola. Ele deve ser um produto específico que reflete a realidade da escola, situada em um contexto mais amplo que a influencia e é por ela influenciado, estando em sala de aula. Trata-se, portanto, de um instrumento que permite clarificar a ação educativa da instituição educacional em sua totalidade, necessitando, por isso, da participação de todos os segmentos envolvidos no processo educacional.

Em muitas escolas observamos que a equipe pedagógica alega possuir um PPP. No entanto, em muitos casos, possuem apenas projetos pedagógicos, pretensamente desprovidos de uma origem política. Freire (1992) lembra que a prática educativa não é imparcial e envolve uma escolha que demonstra posturas políticas.

Como é na sua escola? Há uma discussão de uma postura política frente ao que se quer da escola? Você participa dessa discussão? Discuta com seus colegas como tem se dado o processo de construção do PPP, principalmente em relação à política de prevenção às drogas.

Um projeto político-pedagógico, como vimos anteriormente, assim como pressupõe qualquer projeto, traz em si a ideia de rupturas com o presente e promessas de mudança para o futuro, mudança que passa por um período de instabilidade para chegar a um de



estabilidade, que pressupõe um estado melhor do que o presente (Veiga, 1995).

PPP e identidade escolar

O demonstrativo da identidade da escola deve ser percebido como de suma importância por permitir que cada profissional possa se identificar individualmente com o trabalho institucional, bem como caracterizá-lo diante do público externo à escola. A definição é reforçada no debate, apontando-se o contexto de surgimento do PPP na LDB, envolvendo-o nos três eixos, como já vimos anteriormente: flexibilidade (autonomia das escolas); necessidade de avaliação processual constante; e liberdade, pluralismo de ideias e concepções pedagógicas (gestão democrática do ensino público).

Muitas vezes, os segmentos da escola apontam uma série de dificuldades tencionando justificar a inexistência do PPP. As principais questões apontadas normalmente são: a rotina corrida da escola, abrangendo assuntos de maior prioridade; o fato de o quorum presente nas reuniões acerca do tópico raramente contar com todos os profissionais; a percepção de que parece que o PPP estaria sendo retirado do vazio, isto é, não haveria bases para sua constituição; e a percepção de que não há por parte da escola um conhecimento aprofundado de sua clientela, o que não permite a formulação de ações que visem atingi-la beneficentemente.

Você reconhece essas dificuldades na sua escola? Converse com seus colegas sobre suas dificuldades. Às vezes as dificuldades são as mesmas e todos se encontram imobilizados frente à necessidade da construção do PPP. Parece até que seria mais fácil que alguém já chegasse com um PPP já pronto. Nesse caso, não seria um projeto construído coletivamente a partir das necessidades de cada escola. O que você acha?

Podemos pensar que para a participação de todos no movimento de elaboração do PPP, não se faz necessário que estejam presentes em todas as reuniões de discussão. Basta que haja um constante movimento de circulação de informações e um acordo de que todos podem ter espaço de pronunciar-se em qualquer momento do processo. Assim, ao não condicionar a elaboração do PPP à presença de todos os segmentos, uma primeira amarra que impede o trabalho pode ser relativizada.

Para envolver a comunidade, necessita-se de um resgate histórico da escola em relação a um conhecimento mais abrangente acerca da clientela atendida por ela.



Pensamos que uma possibilidade para conseguir esse conhecimento pode concretizar-se a partir do convite à comunidade para ajudar no levantamento histórico acerca da escola. Podemos perguntar à comunidade com questionários ou conversas informais o que conhecem sobre a escola, como a comunidade gostaria que a escola fosse. É preciso criar formas de conhecer e responder as questões referentes à clientela, e às formas de incluir a comunidade escolar como um todo na discussão acerca do PPP.

Você conhece a história da sua escola? Se não conhece, procure descobrir como ela surgiu, em que contexto apareceu. Quais as mudanças sofridas ao longo de sua existência? Qual era a clientela? Provavelmente você terá surpresas ao resgatar essa história.

A escola deve reconhecer a importância da família na prevenção das drogas, mas não pode vê-la como a única determinante dessa ação. A família é a primeira rede social do sujeito e na nossa sociedade, letrada, a escola torna-se uma instituição que vem ampliar as possibilidades de satisfação das necessidades desse sujeito. Portanto, a família e a escola não podem ser vistas como momentos de oposição ou de disputa para ver quem é a maior responsável pela educação dos alunos. Essas duas instituições - família e escola - não são melhores ou piores, são diferentes e necessárias na constituição do sujeito.

Desse modo, a escola deve apoiar a família e ser apoiada por ela, e não substituí-la. Da mesma maneira, a família não deve querer transferir suas responsabilidades para a escola exigindo do professor que desempenhe o papel dos pais. A escola tem um papel fundamental na formação do cidadão, principalmente, no que se refere à transmissão do conhecimento formal, mas tem, também seus limites. Nós professores, somos privilegiados por termos tido a chance de estudar, então temos que tomar a iniciativa para buscar a parceria da família visando um trabalho em conjunto para a formação dos alunos na prevenção das drogas. É preciso que haja um respeito mútuo entre escola e família e para tanto o diálogo é fundamental.

A importância da aproximação pessoal com as famílias deve ser uma conquista feita aos poucos, que permita romper com a ideia de que os pais só são chamados a comparecer à escola quando há queixas contra seu filho em relação ao comportamento



ou às notas baixas. As reuniões gerais de pais e conversas com os professores demonstram ser momentos importantíssimos para o estreitamento de relações da escola com sua clientela, permitindo que essa passe a ser conhecida de forma gradativa e natural. Também podemos aproveitar quaisquer eventos realizados pela escola, tais como os suscitados por datas comemorativas ou demonstrações culturais, e que contam com a presença das famílias, como importantes espaços de compartilhamento de experiências e acolhimento de demandas da clientela. Os pais, por exemplo, podem ser convidados a continuar suas manifestações, escrevendo em um mural colocado na entrada da escola. Dessa maneira, eles podem verdadeiramente se sentir convidados a participar dos encontros de discussão acerca do PPP.

Como é a participação dos pais na sua escola? Eles se sentem acolhidos? Quais as ações que aproximam a família da sua escola? Converse com os pais dos seus alunos sobre essa parceria entre família e escola. Como eles podem ajudar nessa construção?

Uma outra dificuldade encontrada normalmente nas escolas é a inclusão dos funcionários nas discussões do PPP. Como se dá a participação dos funcionários na sua escola? Por exemplo, que poder de decisão a merendeira tem em relação ao cardápio da escola? Muitas vezes constatamos que está implícita uma separação histórica em termos de hierarquia e autoridade. Assim, acabamos por decidir que é bastante difícil reunir os funcionários, que eles não se interessam em opinar sobre as questões do PPP, nem gostam de fazê-lo, que não tem tempo de participar das discussões por trabalharem apenas seis horas e que são em sua maioria desconhecidos dos próprios alunos.

Nesse sentido, o PPP deve propor ações que visem construir a escola como um espaço de diálogo democrático e de educação e desenvolvimento de toda a sua comunidade.

O PPP como instrumento de planejamento

Ao longo da história da educação podemos verificar que os educadores sempre concebem a educação como sendo um processo que visa o desenvolvimento do ser humano, respeitando a personalidade de cada um, ou seja, desenvolvendo a autonomia do ser humano. Podemos dizer, então, que o conceito de educação pressupõe um ideal a



ser atingido. Para assegurar o objetivo da educação para a prevenção das drogas, a educação deve ter como base a participação do indivíduo no movimento do progresso histórico e deve buscar se fundamentar em pressupostos científicos, salientando o papel das relações e do trabalho social. É preciso perceber no cotidiano escolar seu potencial transformador e questionador da sociedade e sua dimensão progressista. Certamente não será a escola sozinha que irá resolver todos os problemas do uso das drogas, porém encontram-se no interior da escola forças atuando para as transformações da própria escola e da sociedade. A formação do cidadão não pode, nem deve, ser de forma puramente espontânea e absolutamente livre. De acordo com a visão social e histórica do homem, criticamos toda pedagogia que queira realizar um princípio de liberdade para formar um indivíduo em si, isolado dos outros.

A escola como uma instituição da sociedade deve ser analisada e estudada de forma a situá-la no contexto social e a questionar sua função social. Isso significa dizer que cada teoria pedagógica traz consigo concepções de quais devem ser os objetivos e a função da educação. Essas concepções guiam toda a organização da escola e dos processos de ensino-aprendizagem. Sendo assim, os diferentes segmentos devem ter a intenção de atuar sobre os objetivos da escola, buscando os fundamentos políticos, filosóficos e pedagógicos que embasam o PPP. Devem desenvolver um olhar crítico sobre diferentes teorias pedagógicas para obter um entendimento mais aprofundado do contexto em que cada uma foi produzida.

Cada escola deve ser considerada como única e, dessa forma, ela demanda um método que lhe é específico e que só pode ser desenvolvido no cotidiano, na relação com a escola. Entretanto, podemos reunir algumas possíveis práticas que podem servir como guias e ideias, já que trazem os princípios que devem nortear o trabalho realizado mais responsável e comprometido com a sociedade, contribuindo para o fenômeno da educação constituir-se em objeto possível da ação humana transformadora.

A participação na construção do PPP

A escola deve fazer com que todos, e principalmente os alunos, sejam vistos como



peças que têm suas opiniões e contribuições para o cotidiano escolar. Essa é uma prática baseada na concepção de coerência que se tem, e que é aqui defendida, da necessidade de coerência entre o processo político e o pedagógico. A educação para a cidadania não pode estar só no projeto, ou nos livros, ou em objetivos impostos aos alunos. Não é pela imposição que conseguiremos fazer valer as leis. Muitas ações em sala de aula são impostas sem questionamentos. Isso acontece porque naturalizamos que os adultos, os mais velhos, é que decidem. Na maioria das vezes, isso se manifesta em autoritarismo que acaba por ensinar a submissão do aluno ao professor, do professor às autoridades, ou seja, ao mais forte. A escola deve ser o lugar da construção do respeito recíproco em busca da introdução dos princípios dos direitos e das regras construídas nas interações entre os indivíduos envolvidos.

O professor precisa ser valorizado e estar sempre em formação para junto com os demais sujeitos da escola poder criar os espaços de reunião que sejam também marcados pela organização democrática em que é necessário respeitar o direito de participação de todos. Entretanto, isso não significa que todos devem participar de maneira igual. É necessário sempre pensar as peculiaridades de cada pessoa e a sua função enquanto segmento da comunidade. Dessa forma, a direção deve assumir um papel de liderança, buscando, assim como o professor em sala de aula com os seus alunos, uma organização do ambiente que promova o desenvolvimento de todos para uma melhoria da qualidade do ensino. O ideal de democracia participativa precisa ser sempre reafirmado, ressignificado e reinventado nas relações entre os indivíduos.

Para a construção do PPP, não existe um manual com regras pré-determinadas de convivência entre todos os segmentos da escola. Ele será construído no cotidiano de sala de aula, pelo grupo, a partir dos conflitos de interesses sempre em processo de avaliação que permita a mudança.

A construção de regras que fazem sentido aos cidadãos é fundamental para a democracia. Em nossa sociedade, somos acostumados a delegar o nosso poder decisório a um representante e não participar da organização da sociedade. Muitas vezes, recebemos as regras na forma de leis que nos são impostas. Os sujeitos no contexto escolar devem desde cedo participar de um processo chamado por Candau (2008) de empoderamento. A partir da prática e vivência de uma experiência de democracia



participativa, esses sujeitos podem perceber o seu poder de decisão em outros âmbitos da sociedade e desencadear uma efetiva transformação social.

Podemos finalizar resumindo alguns dos objetivos deste texto no incentivo à elaboração do PPP como um todo, quais sejam: discutir a importância da elaboração do PPP com os professores para que com os demais educadores da escola e com a comunidade escolar possam efetivamente organizar o espaço escolar democrático; incentivar a análise da realidade da escola, a fim de estabelecer sua identidade; fomentar a elaboração de metas para a escola, bem como sua função e finalidade; auxiliar na elaboração do PPP, considerando a identidade da escola e contendo os meios necessários ao alcance das metas propostas; mostrar a importância de planejar com a escola a implantação do PPP; acompanhar periodicamente a inserção do PPP na prática cotidiana da escola; rever com a escola a adequação do PPP às novas realidades que venham a surgir ao longo do tempo; construir um PPP levando em consideração a educação para a prevenção das drogas.

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Claudia P. **Projetos Político-pedagógicos e a Qualidade da Educação: a Visão dos seus autores**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Cultura e da Educação. Lei n. 9.394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

CANDAU, Vera M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Rev. Bras. Educ.** v. 13, n. 37, p. 45-56. 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do



Curso de
PREVENÇÃO DO USO DE DROGAS
para Educadores de Escolas Públicas

Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VEIGA, Ilma P. A. **Projeto Político-Pedagógico da Escola**: uma construção possível.

Campinas, SP: Papirus, 1995.

rpedroza@unb.br